ATIVIDADE EM PLENÁRIO

Para conhecimento e acompanhamento da atividade da Assembleia Municipal em Plenário, informa-se que se realizaram duas sessões plenárias extraordinárias nos dias 13 de janeiro e 25 de janeiro de 2023 e uma sessão plenária ordinária no dia 22 de fevereiro de 2023 em que além do período de intervenção dos cidadãos, foram aprovadas por iniciativa própria ou por proposta da Câmara Municipal, as seguintes deliberações:

01 Voto de pesar pelo falecimento do Papa emérito Bento XVI

02 Voto de pesar pelo falecimento de Carlos Guilherme Sanches Almeida

03 Voto de pesar pelo falecimento de Leonel Duarte Ferreira

04 Voto de pesar pelo falecimento de Orlando Laranjeiro

05 Voto de pesar pelo falecimento de Eduarda Alice Santos

06 Voto de pesar pelo falecimento de Vítor Manuel Figueiredo de Sousa

07 Voto de pesar pelo compositor e músico Jorge Loução

08 Moção "Promover a escola pública e o respeito pelos direitos dos professores"

09 Recomendação "Criação de Jardins Comestíveis em Almada"

10 Moção/Deliberação "8 de Março, Dia internacional da Mulher. Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na Lei e na vida"

11 Moção "Criação do Centro de Congressos e Multiusos de Almada"

12 Recomendação "Criação do Conselho Municipal de Turismo do Concelho de Almada"

13 Eleição de Representante Efetivo e Suplente no Conselho Municipal de Saúde

14 Eleição do/a Presidente e Secretário/a da Comissão Eventual sobre o desmantelamento e realojamento do Bairro do 2.º Torrão:
Presidente
– Deputado Municipal António Francisco Salgueiro
Secretário
– Deputado Municipal José António Espírito Santo Rocha

15 Designação dos membros de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Fiscalização do Departamento de Projetos e Obras dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada

16 Alteração da Área de Reabilitação Urbana Simples do Monte de Caparica

17 Adenda à Escritura de Direito de Superfície constituído a favor de Fábrica da Igreja da Sobreda, sobre Parcela de Terreno com 7700m^2, sita na Quinta dos Pianos, Sobreda

18 Proposta de alteração do Regulamento do Orçamento Participativo Jovem de Almada

19 Contrato de Delegação de Competências nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas de Almada e Apoio Financeiro

20 Nomeação para o atual mandato autárquico, na sequência de procedimento por consulta prévia com o n.º Cp00204s2023, da Sociedade "Diz & Associados, SROC, Lda", para Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados

21 Minuta de contrato de compra e venda de aquisição de parque de estacionamento (com 111 frações) e 4 frações comerciais sitas na Rua Comandante António Feio, 26 e 26 A

O texto completo destas deliberações pode ser consultado no site da Assembleia Municipal de Almada, em Documentos/Editais 2021-2025 (2023)/Editais a partir do 84/XIII-2.º, assim como nas Atas n.ºs 28/XIII-2.º, 29/XIII-2.º e 30/XIII-2.º.

assembleia municipal de almada

info

A Assembleia Municipal de Almada é o orgão deliberativo do Município de Almada, constituído pelos membros eleitos e pelos presidentes das Juntas de Freguesia e de Uniões de Freguesias

#30

abril
2023

am-almada.pt/index.php
geral.assembleia@cm-almada.pt
Tel.: 21 272 4014 21 274 8768
Fax: 21 276 62 63

Assembleia Municipal de Almada
Chalet Ribeiro Telles
Largo 5 de Outubro 34
2805-119 Cova da Piedade
Horário: 9H15 – 12H30 | 14H00 – 17H30

Mais Habitação

c-almada@ps.pt

Durante décadas as políticas públicas de habitação estiveram ausentes das prioridades políticas, tendo-se generalizado a ideia de que o mercado em funcionamento seria suficiente para satisfazer as necessidadeshabitacionais do país.

Uma das consequências disto mesmo é o facto de Portugal ter hoje um dos parques habitacionais públicos mais reduzidos da Europa.

Desde o início da sua governação que o Partido Socialista tem trabalhado para inverter este cenário, num caminho que teve já várias etapas e que se tem traduzido na construção e reabilitação de fogos que têm sido incluídos nos programas de Renda Apoiada, Renda Acessível e na Bolsa Nacional de Alojamento de Urgência.

Com a criação do "famoso" Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o Governo do PS aprofundou esta prioridade, sendo o nosso país o que aloca uma maior percentagem do seu PRR à habitação.

Nunca se investiu tanto em habitação, nunca Portugal teve um plano tão ambicioso e nunca um Governo tomou tantas iniciativas para facilitar o acesso à habitação.

Ainda assim, este é um problema que subsiste, que se tem agravado e que tem inúmeras causas, algumas de consequência direta dos sucessos do país em alguns setores: como a atratividade turística ou o facto de sermos um dos países mais seguros do mundo.

Não sendo esta uma emergência exclusiva do nosso país – um pouco por toda a Europa os preços da habitação, por metro quadrado, no centro das cidades, têm-se tornado incomportáveis para as classes médias dos diversos países – a sua resolução obriga a medidas adicionais.

Assim, o Governo do Partido Socialista colocou agora em discussão pública o Programa "Mais Habitação", um ambicioso pacote de alterações legislativas e de incentivos que pretendem dar novas respostas à crise na habitação, que não prejudica as estratégias e os investimentos em curso, mas que vai mais longe e procura intervir em várias dimensões, por forma a enfrentar o problema social com que estamos confrontados.

Da maior disponibilização de solos ao apoio às famílias para fazerem face ao aumento das rendas ou das prestações do crédito, entre outras propostas, estão em causa mais de 900 milhões de euros para promover uma resposta histórica a uma preocupação central e transversal da sociedade portuguesa, que diz respeito a todas as famílias e a todos os cidadãos, sem esquecer os mais carenciados, os jovens e as classes médias.

Este programa está assente em 5 eixos: aumento da oferta de imóveis para habitação, simplificação dos processos de licenciamento, combate à especulação, aumento do número de casas no mercado de arrendamento e proteção das famílias.

Ao contrário do que a direita, perdida, sem ideias e cada vez mais radicalizada, tenta fazer crer, não estamos perante um "novo PREC", nem um sinal de "comunismo". **Este programa é, sim, um contributo – forte, determinado, sustentável e equilibrado – para ajudar a mitigar os efeitos de mais esta crise, assegurando o direito à propriedade privada e, simultaneamente, assegurando que o direito à habitação digna, constitucionalmente previsto, é uma realidade para todos aqueles que vivem em Portugal.**

Em defesa de uma habitação digna e adequada para todos os Almadenses

almada@cdu.pt

Quem ouviu o representante do Grupo Municipal do Partido Socialista na última sessão da Assembleia Municipal, procurando cavalgar uma espécie de "maré alta" de propostas e soluções, recentemente apresentadas pelo Governo da República como putativa resposta aos gravíssimos problemas que o país vive em matéria de habitação, correu o sério risco de ter ficado erradamente convencido de que Portugal vive, naturalmente pela mão do Partido Socialista, um mar de rosas – literalmente, mas também em sentido figurado –, no que respeita a este direito fundamental de todos os portugueses e portuguesas, consagrado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa.

Aquilo que é a realidade concreta, porém, não se compadece com este otimismo, aparentemente desmedido. As notícias que nos entram todos os dias pela porta dentro, dizem-nos, ao contrário de tal euforia mal medida, que as pessoas, o cidadão comum, cada vez se confrontam com mais dificuldades em encontrar uma habitação condigna e adequada às necessidades de cada um, e cada vez encontram menos respostas que lhes permitam aceder a essa habitação, contrariando frontalmente aquilo que expressamente determina a Constituição da República.

Logo depois de ouvir o Grupo Municipal do PS, quem ouviu a Presidente da Câmara Municipal falar sobre a mesma matéria correu idêntico risco de ficar, também neste caso erradamente, convencido de que agora sim, finalmente Almada está no caminho certo relativamente à resolução dos graves problemas da habitação que se registam no território do Município.

Declarações de intenções, promessas, súbitas paixões (quem não se lembra, nos idos da década final do século passado, dos inexpressivos resultados de uma outra paixão, essa pela educação?), engalanados anúncios de brilhantes (e quase milagrosas) decisões e medidas para aplicação ao todo nacional – e a Almada, também –, não escondem a realidade objetiva, os números concretos, com que todos nos confrontamos, como não iludem a inércia quase absoluta na solução dos problemas de habitação com que os portugueses se confrontam, que o Governo da República vem revelando desde 2018, ano da génese da não menos enfática e brilhante conceção das chamadas "novas políticas de habitação" para o nosso País.

Procurando obter respostas concretas sobre as soluções desenhadas pela maioria que governa Almada, para confrontar e ultrapassar as grandes questões de habitação que se colocam ao Concelho, e tendo como pano de fundo esta "maré alta" com que o Governo decidiu presentear o País, o Grupo Municipal da CDU procurou que se fizesse luz, pela voz avisada da Presidente da Câmara Municipal, sobre alguns aspetos essenciais no domínio da habitação de promoção municipal.

A CDU procurou que o Povo de Almada soubesse qual o ponto de situação dos diferentes procedimentos destinados à construção de habitação municipal para arrendamento apoiado, anunciados há largos meses no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

Relembrámos que na revisão da Estratégia Local de Habitação, em julho de 2021, é previsto um investimento de mais de 170 milhões de euros até 2026, em construção, reabilitação e aquisição de habitação para arrendamento apoiado. Estamos em março de 2023, e o ano de 2026 é já ali ao virar da esquina… Na sessão da Assembleia Municipal não obtivemos resposta à pergunta.

A CDU procurou que o Povo de Almada soubesse quantos agregados familiares foram, até à data, realojados pela Câmara Municipal no âmbito do Regulamento Habit'Almada, desde a sua entrada em vigor em janeiro de 2020. Ficámos também pela pergunta.

A CDU procurou que o Povo de Almada soubesse, uma vez que nestes últimos seis anos, a Câmara Municipal não construiu um único fogo de habitação municipal, quantos fogos pensa a Câmara Municipal conseguirá construir, e conseguirá entregar às famílias de Almada, até ao final do atual mandato.

Ficámos a saber que o compromisso do início deste mandato se mantém: 490 fogos até 2025.

Aquilo que o Povo de Almada precisa saber, na verdade, é que nos últimos seis anos não foi construído um único fogo de habitação municipal em Almada; e sabe ainda que, não obstante o manancial de recursos colocados à disposição do País e de Almada pelo PRR, não foram, até ao momento, sequer aprovadas quaisquer candidaturas ao enorme manancial de recursos financeiros daquele programa disponíveis para esse efeito.

psdalmada@gmail.com

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Durante este período realizaram-se uma reunião ordinária e duas extraordinárias da Assembleia Municipal pelo que destacamos algumas das tomadas de posição apresentadas pela bancada do PSD.

- Aprovámos propostas da Câmara Municipal sobre:
  - Concurso Público para concessão de exploração do Posto de Abastecimento de Combustíveis, sito na Av. 23 de Julho, no Laranjeiro
  - Nomeação do novo Revisor Oficial de Contas para o atual mandato autárquico
  - Minuta do contrato de compra e venda de aquisição de um parque de estacionamento e 4 frações comerciais na Rua Comandante António Feio, em Cacilhas
  - Adenda à Escritura de Direito de Superfície constituído a favor da Fábrica da Igreja da Sobreda, sobre a Parcela de Terreno com 7700m^2, sita na Quinta dos Pianos, Sobreda
  - Projeto de Regulamento do Orçamento Participativo Jovem de Almada
  - Contrato de Delegação de Competências nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e escolas não agrupadas de Almada e Apoio Financeiro

- Relativamente à informação da atividade municipal, questionámos a Câmara Municipal relativamente à situação dos refugiados ucranianos acolhidos no Concelho de Almada desde o início da guerra, mas também sobre o ponto de situação da criação da Polícia Municipal e ainda no que se refere ao Relatório da edição de 2022 do festival O Sol da Caparica.

Para além do já enunciado, o PSD candidatou o seu membro, António Salgueiro, a Presidente da Comissão Eventual sobre o desmantelamento e realojamento do Bairro do 2.º Torrão, na Trafaria, tendo o mesmo sido eleito para a função.

almada.bloco@gmail.com

Bloco

Apresentámos na Assembleia Municipal de fevereiro a moção "Promover a escola pública e demonstrar o respeito pelos direitos dos professores". A escola pública é um direito constitucional à educação e, sem dúvida, um dos pilares que sustentam a democracia. Infelizmente, com a recusa do governo na tomada de medidas justas e necessárias para a valorização das carreiras, combater a precariedade, garantir horários adequados e criação de um sistema de avaliação sem injustiças, temos assistido ao longo dos últimos anos à degradação das condições de trabalho dos profissionais deste setor fundamental para a consolidação da democracia e fortalecimento da cidadania.
Da parte do Bloco de Esquerda, solidariedade total para com a luta dos professores, em defesa da profissão e da escola pública. Os múltiplos protestos em manifestações em todo o País são a resposta dos docentes à insensibilidade e falta de vontade do governo em adotar medidas que respeitem os direitos dos professores e a escola pública.
Quase 50 anos após o 25 de Abril, é inaceitável assistirmos à degradação do sistema de ensino nas escolas, com a desvalorização da carreira docente, a persistência da precariedade, com as injustiças que fazem com que muitos professores abandonem a profissão e dificultem o rejuvenescimento do corpo docente. Defender a escola pública é fortalecer a democracia!

CHEGA

partidochegaalmada@gmail.com

«Com o aproximar das comemorações dos 49 anos do 25 de Abril, somos confrontados com o maior ataque à propriedade privada desde os tempos do PREC. O PS anunciou medidas para retirar coercivamente a decisão sobre o destino dos imóveis aos privados. Mas não a todos os privados. Os Ministros e Membros do Governo gozam de exceção. Assim como os inúmeros imóveis do Estado abandonados e negligenciados pelo País fora. Em Almada, o Executivo do PS recusa-se a responder às questões apresentadas pelo Chega. Colocámos cerca de 30 questões, relativas aos transportes e implementação da Carris Metropolitana, prédios devolutos da Câmara e sua recuperação. Ao nível da educação, questionámos as obras de recuperação das escolas, a situação da Escola Básica Maria Rosa Colaço e o início do processo de construção de uma escola na Charneca de Caparica e Sobreda. Questionámos ainda sobre a Polícia Municipal. Tudo sem resposta. Perguntámos acerca da nossa Bandeira autárquica, o túnel Trafaria-Algés, tema curiosamente recuperado pelo PS há pouco tempo, e nada nos foi dito ou respondido. O Governo levou 7 anos para fazer esta proposta de habitação que retira direitos aos privados. A Câmara esteve nos últimos 7 anos a ignorar a proliferação de habitações ilegais e bairros clandestinos. Quantos mais anos vamos adiar o futuro do nosso País e do nosso Concelho?"

PAN

PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA

almada.pan@gmail.com

Nos últimos anos, Almada tem desenvolvido várias iniciativas que promovem a agricultura, tanto no espaço rural, como no tecido urbanizado. No entanto, a atual emergência climática e crise económica, aliadas à necessidade de promoção de hábitos alimentares mais saudáveis, devem impelir-nos a ir mais longe no acesso a espaços verdes e de cultivo. Surge, neste sentido, a proposta de criação de jardins comestíveis em Almada, que procura juntar a estética de um jardim com os benefícios de uma horta orgânica, no coração da cidade. Pequenos canteiros, terrenos públicos sem uso, bermas da estrada com ervas, parques, transformados em espaços onde são cultivadas plantas, árvores de fruto e vegetais, que podem depois ser colhidos por qualquer munícipe. Desta forma, o PAN propôs, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de fevereiro, a Criação de Jardins Comestíveis em Almada, recomendação que foi aprovada, apenas com o voto contra da CDU.

CDS-PP

Deputado do CDS-PP em Almada acusa Partido Socialista e presidente da Câmara de insensibilidade e de prioridades invertidas

cds.almada@gmail.com

O Deputado Municipal António Pedro Maco acusa o PS em Almada e a presidente da Câmara Municipal, Inês de Medeiros, de insensibilidade relativamente aos tempos de incerteza e de crise que muitas famílias no concelho estão a ultrapassar. Com os preços dos alimentos cada vez mais insuportáveis, com o aumento das rendas e prestações da casa, da luz, da água e de outros bens essenciais, seria de esperar que houvesse por parte da Câmara Municipal um apoio suplementar para fazer face às dificuldades que as pessoas atravessam em resultado da grave crise. A proposta apresentada pelo CDS-PP na Assembleia Municipal com vista à criação do Cheque-Bebé, um apoio mensal aos casais que pretendam ter filhos, durante um período de três anos, foi chumbada sem que quer o PS (votou contra a proposta) e a presidente da Câmara tivessem dirigido alguma intervenção sobre o assunto, que no entendimento do CDS-PP denota uma nítida fuga ao debate em resultado do incómodo de ser parte responsável pelo chumbo da proposta.O CDS-Partido Popular Almada vai insistir na proposta (uma vez que a posição da Assembleia Municipal não é vinculativa) e vai endereçar a mesma à presidente da Câmara para que possa ser implementada para ajudar as famílias mais desfavorecidas do concelho que pretendam ter filhos e apoio ao pequeno comércio.

Informações úteis

Transmissão on-line das sessões da Assembleia Municipal:

É possível assistir em direto, através da Internet, às sessões da Assembleia Municipal.

Aceda aos links existentes em **am-almada.pt** e em **youtube.com/cmalmada**